miguilim
revista eletrônica do netlli issn 2317-0433

ECOS ESCRAVOS: UMA LEITURA DO LIVRO OITEIRO, DE MAGDALENA ANTUNES

SLAVE ECHOES: A READING OF OITEIRO, BY MAGDALENA ANTUNES

Weberson de Aquino Lima (UESPI)
0000-0002-9836-769X

Como citar: LIMA, W. de A. L. ecos escravos: uma leitura do livro Oiteiro, de Magdalena Antunes. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 13, n. 3, p. 148-167, set.-dez. 2024.

doi: 10.47295/mren.v13i3.1608
recebido em 23/03/2024 – aprovado em 20/02/2025

Resumo

Oiteiro, memórias de uma sinhá-moça, é um livro memorialístico da escritora potiguar Magdalena Antunes. Essa obra é um documento literário e etnográfico que revela a face da virada do século XIX para o século XX, e tem como uma de suas camadas os anos finais da escravidão em nosso País. O objetivo deste artigo é fazer uma leitura crítica e contextualizada da escravidão na obra, em especial no que diz respeito às mulheres negras escravas. Para que esse objetivo fosse alcançado, se utilizou o pensamento e a contribuição de autores como Calvin Schermerhorn (2020), Conceição Evaristo (2020), Elio Ferreira de Souza (2015), Enrique Peregalli (2001), Luiz Silva Cuti (2010) e outros estudiosos sobre raça e escravidão. A metodologia aplicada neste artigo é a pesquisa bibliográfica de cunho exploratório de abordagem qualitativa (Gil, 2002). Ao final do artigo se destaca a importância de mais pontos de vista acerca da escravidão no Brasil.

Palavras-chave: Escravidão. Mulher negra. Magdalena Antunes.

Abstract

Oiteiro, is a memorial book, by Magdalena Antunes, a writer from Rio Grande do Norte (Brazil). Oiteiro is a literary and ethnographic document that reveals the face of the turn of the 19th to the 20th century and has as show us the final years of slavery in Brazil. The purpose of this paper is to make a critical and contextualized reading of slavery in this book, especially with regard to black women slaves. In order to paper this objective, the thinking and contribution of authors such as Calvin Schermerhorn (2020), Conceição Evaristo (2020), Elio Ferreira de Souza (2015), Enrique Peregalli (2001), Luiz Silva Cuti (2010), and others authors. The methodology applied in this paper is bibliographic research with an exploratory qualitative approach (Gil, 2002). At the end of this paper, stands out the importance of more points of view about slavery in Brazil.

Keywords: Slavery. Black woman. Magdalena Antunes.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Oiteiro, escrito por Magdalena Antunes, é uma das primeiras obras memorialísticas feminina do estado do Rio Grande do Norte. O livro foi publicado em 1958, um ano antes da morte da autora, e narra o cotidiano vivido por ela no vale dos engenhos de Ceará-Mirim, desde o ano de 1880 até 1920.

Magdalena Antunes, como mulher potiguar, produziu uma obra única, até então por dois aspectos: o primeiro, é que *Oiteiro*, inaugura uma tradição literária que singulariza a terra-berço-potiguar, o local em que a autora nasceu. O segundo, é que este livro, faz um contraponto literário e etnográfico (Jorge, 2012), que, por sua vez, o torna muito importante para a história local norte-rio-grandense. Soma-se a estes aspectos o fato de que, diferentemente das outras autoras de sua época, Magdalena Antunes não se protege por trás de um pseudônimo, preferindo se fazer revelada ao assinar com seu nome de casada o livro (Farias, 2019).

Diante da raridade de escritos memorialísticos em território nacional, ainda mais escritos por mulheres, o historiador, escritor e folclorista potiguar Luís da Câmara Cascudo (2003), compara os escritos de Magdalena Antunes com o livro *Minha vida de menina*, de Helena Morley, publicado originalmente em 1942. Para Cascudo (2003), a narrativa de Antunes mostra o depoimento de uma sinhá-moça do ciclo do açúcar, e nele veremos um mundo cheio de elementos de outrora, de renda de almofada e crivo, das sinhás-moças, de alpendres e escravas. E, é no elemento da escravidão, em especial a escrava doméstica Patica e menina liberta e companheira de brincadeiras Tonha, que este artigo encontra seu objeto de análise.

Em *Oiteiro*, existe a presença dos negros escravos em volta do cotidiano da casa-grande. Esses cativos atuam nas atividades habituais da casa-grande senhorial e nos trabalhos do engenho. No entanto, na narrativa, eles, em sua maior parte, são indivíduos sem identidade, apenas ecos, sem feições, criaturas que se movem em atividades auxiliares e nada mais, reforçando, assim, a ideia de que "devido à escravidão, não era fácil um escravo se tornar objeto estético" (Telles, 2004, p. 414). No espaço íntimo da casa-grande, observam-se vários desses ecos, nesse caso, escravas, que são apenas citadas no ambiente da cozinha, mas nunca realmente apresentadas ou desenvolvidas, como por exemplo: "a negra Virginia coava o café na cozinha"

(Antunes, 2003, p. 45), "as escravas rodeavam-me pedindo que lhes contasse" (Antunes, 2003, p. 37), "vejamos o que contou uma escrava" (Antunes, 2003, p. 99).

É importante destacar que, de acordo com o professor Genilson de Azevedo Farias (2019), diferentemente da obra de Gilberto Freyre, que tratou largamente da "hipersexualização do corpo negro, sobretudo das mulheres, no texto de Magdalena Antunes essa temática não é abordada, nem sequer sugerida" (Farias, 2019, p. 158). Contudo, as mulheres negras que mais ficaram em evidência são a escrava doméstica Patica e a menina Tonha, às quais a autora dedica o quinto capítulo de suas memórias. Além do capítulo, as duas aparecem em diversos outros momentos do livro.

Oiteiro, é escrito sob a ótica de uma mulher da elite, pertencente à aristocracia açucareira do nordeste brasileiro, a filha de um senhor de engenho. Nessa perspectiva, o livro se torna um exemplo de como "as representações literárias não são neutras, são encarnações 'textuais' da cultura que as gera" (Telles, 2004, p. 408), uma vez, que diante das condições sociais e de gênero que moldam a escrita de Magdalena Antunes, o leitor é envolto em um cenário que se costura historicamente entre a virada do século XIX para o século XX e tem como uma de suas camadas os eventos da escravidão e da abolição.

Sobre o tocante à escravidão, no livro não existe um posicionamento crítico ou muito incisivo, por parte de Magdalena Antunes, quanto ao terrível regime escravocrata, mas ela comenta sobre os maus-tratos de senhoras da região para com suas escravas. A autora mostra sua relação com os escravos da propriedade de forma carinhosa e branda, o que os tornam, sob esse ponto de vista, complacentes e reforça alguns estereótipos como o do negro subserviente, fiel como um cão, entre outros advindos do mito da democracia racial no Brasil.

Um dos problemas dos estereótipos não é que sejam mentira, mas são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única (Adichie, 2019). Diante deste fato, o objetivo deste artigo é realizar uma leitura que analise essas figuras em condição de escravidão, a partir de um ponto de vista crítico, fazendo uso de um repertório de autores mais incisivos acerca do tema da escravidão, como Calvin Schermerhorn (2020), Conceição Evaristo (2020), Elio Ferreira de Souza (2015), Enrique Peregalli (2001), Luiz Silva Cuti (2010), e outros.

A metodologia, escolhida para este artigo, é a pesquisa bibliográfica de cunho exploratório de abordagem qualitativa. Sendo que, ela está atrelada à aproximação do objeto a partir de fontes bibliográficas e outros materiais teóricos anteriormente publicados (Gil, 2002). Dessa maneira, esta metodologia possibilita um amplo alcance de informações e permite a

utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, que auxiliam a construção e a melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto em questão.

A análise crítica de uma obra literária é passiva de diferentes leituras e abordagens. Essa sentença, é aplicada à narrativa memorialística de Magdalena Antunes, uma vez que "a obra literária é aberta, porosa, oferecendo-nos oportunidade de preencher seus vazios não apenas no ato da leitura de lazer como também no momento em que a tomamos como objeto de análise" (Cuti, 2011, p. 9). Dessa forma, salienta-se que a proposta deste artigo não é diminuir o valor histórico e literário de *Oiteiro*, mas proporcionar um novo olhar sobre esse texto, contextualizando-o criticamente, uma vez que a obra é um texto de autoria feminina, que a sua maneira, acaba por mostrar, outra minoria, as escravas da fazenda.

Magdalena Antunes veio de uma geração em que a luta organizada pelos direitos femininos começava a engatinhar. Apesar dos preconceitos da segunda metade do século XIX, por conta da condição privilegiada de sua família, a escritora pôde ter aulas particulares em casa e anos mais tarde é levada para fora de sua terra natal para frequentar o Colégio São José na cidade de Olinda, no Recife. Nessa época para a mulher, artisticamente, "era negada a autonomia, a subjetividade necessária à criação [...]. *É musa ou criatura, nunca criadora*" (Telles, 2004, p. 402). Nessa perspectiva, Oiteiro habilita-se como texto literário de memórias romanceadas, escrito por uma mulher, que percorre a paisagem de um Brasil agrário, de grandes engenhos, de *plantations* que rodeavam a casa-grande, suas sinhás e os escravos. Este contexto torna o livro de Magdalena Antunes um artefato, que mostra o pensamento de um determinado período, uma vez, que a autora, ao escrever, traz à superfície de seu texto também os ecos da sociedade em que viveu.

A primeira seção deste artigo apresenta um panorama sobre o acesso às letras por parte dos escravizados no Brasil Colônia. Ela versa sobre a raridade de registros escritos por pessoas escravizadas durante a colonização, trazendo exemplos de personalidades negras, que durante a escravidão de seus corpos conseguiram, de alguma forma, ter o acesso às letras. A segunda seção submerge na escrita de Magdalena Antunes para analisar as figuras/personagens negras e escravizadas, em especial a escrava doméstica Patica e a menina, já de *ventre livre*, Tonha. Estas, por sua vez, inseridas em um contexto desfavorável de não acesso e domínio da palavra escrita, chegando ao leitor dos nossos dias através do texto de sua antiga sinhá, em um exemplo de representação pela perspectiva branca colonial. Ao final do artigo, se destaca a importância de mais um ponto de vista acerca da escravidão, neste caso o ponto de vista feminino.

OS ESCRAVOS E AS LETRAS

De acordo com as pesquisas e levantamentos do professor e historiador brasileiro Sidney Chalhoub (2012), as estimativas mais recentes sobre a escravidão em nosso país afirmam que "em todo o período do tráfico negreiro para o Brasil, desde meados do século XVI até os anos 1850, chegaram ao país mais de 4,8 milhões de africanos escravizados" (Chalhoub, 2012, p. 35). Em proporções globais, o Brasil, recebia cinco de cada dez africanos, que sobreviviam à horrenda travessia do Atlântico (Silva Jr, 2022). Durante o processo de colonização portuguesa, nas capitanias brasileiras, "nada se fazia sem as mãos e os pés dos escravos. Desde amamentar os filhos dos donos [...] até dar banho no senhor [...], tudo passava por suas mãos" (Peregalli, 2001, p. 63-64). No entanto, dessas tantas almas negras escravizadas, quase todas morreram sem deixar qualquer tipo de registro escrito sobre suas vidas. Não há no Brasil um número abundante de materiais conhecidos escritos por mãos escravas.

De acordo com o historiador e tradutor Fábio R. de Araujo (2020), a razão para essa ausência frequente de informações escritas por escravizados no Brasil Colônia se deve ao fato de que a alfabetização para qualquer indivíduo negro, na América Portuguesa, era proibida, até mesmo para aqueles que conquistaram a alforria ou que por algum motivo nasceram livres. As observações de Araujo (2020), podem ser endossadas com base na primeira lei educacional do Brasil, a Lei nº 1, de 14 de janeiro de 1837. Esta legislação, trata sobre instrução primária na Província do Rio de Janeiro, e informa em seu artigo 3º, que são proibidos de frequentar as escolas "os escravos, e os pretos Africanos, ainda que sejão livres ou libertos" (Brasil, 2005, p. 199). Este período de proibição educacional vai perdurar até a assinatura da Lei Aurea em 1888.

O filósofo político e psiquiatra antilhano Frantz Fanon (1961) afirma que "o colono faz a história e sabe que a faz" (Fanon, 1961, p. 47), a partir desse aspecto, se tem a noção de que os colonizadores, primeiramente, não demonstravam qualquer interesse no registro da história de seus cativos. Além disso, eles temiam que o acesso à palavra escrita, por parte dos africanos escravizados facilitasse a comunicação entre a população de cativos, o que, por sua vez, poderia estimular a propagação e organização de revoltas. Dessa forma, infere-se que apenas um pequeno número de escravos recebera algum tipo de registro. Esse registro, no entanto, servia apenas para fins de ordem burocrática (Mott, 1993), resultando em uma lacuna documental para a história partindo de via direta da mão do escravizado africano no Brasil.

Perante este cenário hostil, poucos africanos escravizados ou ex-escravizados conseguiram de alguma forma ter acesso às letras e, assim, um meio de contar às pessoas de seu tempo sobre os horrores do regime escravocrata, ou até mesmo de deixarem algum registro de sua passagem pelo Novo Mundo. Desses poucos relatos, que partem de via direta do sujeito escravo, se pode citar as *slave narratives*, que são testemunhos pessoais e autobiográficos, escritos por homens e mulheres na condição de escravos nos Estados Unidos da América e também na região do Caribe.

As *slave narratives*, também conhecidas como narrativas escravas, são um apelo exaltado à abolição da escravidão nos Estados Unidos. Elas são as autobiografias de ex-escravos, essencialmente, histórias de liberdade que detalhavam a trajetória desses homens e mulheres até a conquista da liberdade (Schemerhorn, 2020). Essas histórias são "um testemunho em primeira pessoa da escravidão americana e colocam os leitores cara a cara com o ambiente de violência social" (Schemerhorn, 2020, p. 7).

De acordo com o historiador Calvin Schermerhorn (2020), as primeiras narrativas escravas "eram um híbrido de gêneros diversos, incluindo narrativas de cativeiro, literatura de protesto, confissão religiosa e relatos de viagem" (Schemerhorn, 2020, p. 9). O autor, ainda observa, que a grande maioria foi escrita e publicada com auxílio editorial de brancos abolicionistas e eram destinadas ao público branco, para escancarar os horrores do sistema escravista (Schemerhorn, 2020). O professor Paul D. Escott (2020) afirma que os escravos da colonização foram "uma população oprimida e vigiada de perto, e apesar de alguns indivíduos terem conseguido se alfabetizar ou fugir do cativeiro, temos poucas fontes primárias nas suas próprias palavras" (Escott, 2020, p. 8).

No que diz respeito à crônica sobre a escravidão no Brasil, raros foram os escravos que romperam o bloqueio imposto pelo colonizador à palavra escrita (Souza, 2015). São exemplos: o poeta e advogado Luiz Gama (1830 – 1882), "vendido como escravo pelo próprio pai" (Duarte, 2005, p. 127). O poeta vivenciou a terrível experiência da escravidão durante a infância. Outro exemplo de cativo letrado é a escrava da Capitania do Piauí, Esperança Garcia. Ela teve sua existência revelada para o grande público por Luiz Mott nos anos 70, através de uma carta, datada de 06 de setembro de 1770. A carta estava no Arquivo Público do Piauí. Na epístola, redigida pela própria escrava e endereçada ao Governador da Capitania do Piauí, há uma série de denúncias aos abusos sofridos por ela durante a administração do novo gestor de uma das Fazenda Reais do Fisco (Souza, 2015).

Há também os manuscritos datados de 1757, assinados por Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz. Para o antropólogo, historiador e pesquisador Luiz Mott (1993), Rosa Egipcíaca, é provavelmente, a escrava do Brasil oitocentista sobre a qual se tem o maior número de dados biográficos. Estes dados são possíveis graças a dois processos arquivados na Torre do Tombo em Portugal, que contêm as confissões de Rosa Egipcíaca e 55 cartas assinadas por ela e por seu Capelão Exorcista, a serviço do Santo Ofício de Lisboa.

A partir desses raros exemplos e da *Lei nº 1, de 14 de janeiro de 1837*, fica claro que os senhores brancos, detentores do poder, reprimiam e impediam o acesso dos escravizados às letras, mais do que isso, eles os impediam de se expressarem, pois, "por todo o período da escravização no Brasil e no mundo, a expressão do escravizado ficou tolhida. Aliás, calar o outro é uma das táticas para dominá-lo" (Cuti, 2010, p. 48). Estas proibições e silêncio impositivo se refletiu em gerações posteriores, pós Lei Áurea e ao regime escravocrata, uma vez que toda essa violência se naturalizou e serviu para impor limites à expressão dos escravizados e consequentemente a toda sua descendência (Cuti, 2010).

A escravidão, deixou marcas profundas na sociedade brasileira, cujos legados são sentidos por séculos. Isso explica o porquê do silenciamento de escritores afro-brasileiros que criticavam em seus textos as atrocidades da escravidão e o tratamento dado a pessoas negras por brancos em suas obras, como o baiano Luiz Gama (1830-1882), a maranhense Maria Firmina dos Reis (1825-1917) e o carioca Lima Barreto (1881-1922) que viram sua ascensão social e artística bloqueadas pela cor de sua pele e pela sua literatura de protesto.

ECOS ESCRAVOS EM *OITEIRO*

O não acesso às letras por pessoas negras no período colonial, era uma realidade. Magdalena Antunes ilustra esse fato histórico ao comentar sobre as suas primeiras lições de estudos: "as escravas rodeavam-me pedindo que lhes contasse. Eu então tomava ares de literata e exibia os meus conhecimentos perante o único auditório que achava que eu sabia ler... Mas eu não sabia [...]" (Antunes, 2003, p. 37-38). A curiosidade e interesse por parte das escravas da casa reflete o processo de deseducação impostos pelos senhores. O único meio para que aquelas escravas tivessem o acesso à leitura, seria se esta fosse realizada por um terceiro, provavelmente, branco.

Ainda sobre essas leituras, feitas para a plateia de cativas, a autora destaca que apenas a pequena Tonha, uma menina negra, nascida liberta, pela *Lei do Ventre Livre* e sua companheira de brincadeiras, protestava sobre as *leituras tortas* realizadas por ela. Tonha, majoritariamente, foi descrita no texto de Antunes como sendo a *negrinha* e "era só quem falava a verdade. As outras ouvintes. Porém, não protestavam e faziam-me crer, até que estavam entendendo, para serem agradáveis" (Antunes, 2003, p. 38). A atitude de falar a verdade, por parte de Tonha, reflete sobre sua condição, embora negra, ela já não é mais propriedade da família senhorial como as demais escravas, que talvez por medo de um possível castigo físico não protestam contra a leitura trôpega realizada por Magdalena Antunes.

Em certa ocasião, Tonha foge do engenho. Quando a ausência da menina foi notada pela avó, Tetê. Se organizou uma ação de busca pela pequena, que fugira com pretensões de chegar à cidade de Olinda. Naquele mesmo dia, Tonha é encontrada e tarde da noite Magdalena Antunes é acordada com os gritos da pequena a ser castigada por conta da travessura. A mãe preta da autora, Patica, comenta ao ouvir a menina apanhar:

> É a negrinha apanhando pancada para não ser tão cavilosa... Pois não é que a pegaram já perto de santa Cruz dos Gois? [...]. - Que invenção é essa de cidade de Olindra? [...]. Tudo astúcia daquela sirigaita... Foi só pra levar uma boa sova... Nunca houve essa tal cidade de Olindra... Ó! Negrinha terrível, já ia passando do engenho das Imburanas. Eu só estou a cadência da descarada sair sozinha, no escuro, pelas estradas desertas! E, abanando a cabeça: não nega que tem raça dos negros fujões... Mas a dormente é mesmo um demoinho... (Antunes, 2003, p. 86).

A partir da cena anterior, com os comentários de Patica acerca da violência incutida à menina Tonha, se percebe muita naturalidade por parte daqueles que presenciaram o ato de espancamento de uma criança negra. Magdalena Antunes, não tenta interceder a favor de sua companheira de brincadeiras e em nenhum momento Patica se compadece de sua irmã de cor (Farias, 2019). No entanto, a escrava fica impressionada com a coragem da menina em ter saído no escuro da noite, mas por desconhecimento duvida da existência da cidade de Olinda. Patica aprova a punição da menina e afirma em tom de desprezo que Tonha pertencia à "raça dos negros fujões" (Antunes, 2003, p. 86) e, por isso, deixa a entender que a menina merecia ser castigada fisicamente.

Até por parte de Tonha existe uma certa normalidade com relação a violência comumente infringida aos negros. Nos capítulos finais das memórias, não fazendo, necessariamente, relação

com o episódio da fuga da menina, Magdalena Antunes relembra uma conversa com Tonha após ouvirem estórias de outras fazendas da região e a pequena diz: "Sinhá Lica, graças a Deus aqui não se mata negro, nem se dá surra em ninguém. Só quem apanha às vezes do "feitô" é o Chico pruquê vive insuportave quando bebe cachaça e pra larga o viço... e eu pruquê merço" (Antunes, 2003, p. 310). Nessa perspectiva, pode-se exemplificar que se o escravo era submisso, não era porque o negro por ser negro era submisso, mas porque, junto com a violência havia também um discurso de inferiorização que foi interiorizado pelos próprios indivíduos escravos (Peregalli, 2001), e consequentemente, por sua descendência.

Câmara Cascudo (2003), ao se referir a Tonha, não leva em conta todo sofrimento presente na vida da pequena, que "era filha e neta de escrava; a mãe morrera no poder de outro senhor e a avó conseguira ficar com ela pela complacência dos senhores" (Antunes, 2003, p. 93). Ele apenas a descreve como "uma espécie de boneca Emília, uma boneca de carne, de olhos de jabuticaba, cheia de imaginação e credulidade" (Cascudo, 2003, p. 21).

A fala de Cascudo (2003) está encoberta por uma grossa camada colonialista. Ao proferir que a menina é uma *espécie de boneca*, o autor coisifica e retira toda a humanidade da criança. Ele a condiciona ao *status* de objeto de Magdalena Antunes, replicando, assim, a estrutura de escrava e sua senhora. Isso leva a uma interpretação, que mostra a imagem de Tonha, associada a um momento temporal em que "os pequenos escravos costumavam rondar, como animais de estimação, a mesa da casa grande, servindo de brinquedo as crianças brancas" (Peregalli, 2001, p. 64), entendendo que a garota não teria sido de fato mais uma propriedade humana da fazenda. Assim, a partir do exemplo de Tonha, sob a ótica de Cascudo (2003), se pode afirmar que "a escravização havia coisificado os africanos e sua descendência" (Cuti, 2010, p. 9).

A escrava Francisca ou Patica, como Magdalena Antunes a chamava, era parte do dote de casamento da mãe da autora. Possuía "gênio bom e serviçal" (Antunes, 2003, p. 77). Casada com o escravo carreiro Martinho, foi destinada para ser a mãe preta da autora. Sobre Patica, Magdalena deixa claro o modo como a escrava era dedicada a suas obrigações como mãe preta:

> [...] penteava-me os cabelos, vestia-me com esmero, zelava pelo meu anseio corporal, cuidava da higiene alimentar, e forma sem contar as noites passadas em claro, quando eu doente embalando-me o punho da rede, sonolenta, cantarolava maviosa" (ANTUNES, 2003, p. 75).

Além de toda carga de trabalho de uma escrava doméstica, como mãe preta, Patica ainda tinha a obrigação de cuidar e distrair as crianças brancas da casa-grande, esta última atividade também ilustrada pela autora: "a Patica sentava-se no chão do alpendre da nossa casa de campo, punha no colo o menor dos meus irmãozinhos, os maiores em roda, e passava a contar histórias de Trancoso [...]" (Antunes, 2003, p. 78).

Embora haja ternura e carinho nas palavras de Magdalena Antunes ao se referir a Patica, a figura da mãe preta é problemática do ponto de vista daqueles que contestam os estereótipos da escravidão. A imagem da mãe preta, "deixou rastros na literatura brasileira, mas está ausente nas análises e reflexões" (Segato, 2021, p. 218).

De modo geral, cabia as escravizadas o serviço de amas de leite, o que, por sua vez, viria resultar na criação da mãe preta. A existência de mães pretas revela mais uma faceta da expropriação da senzala pela casa-grande, cujas consequências inevitáveis foram a negação da maternidade da escrava e a mortandade de seus filhos (Giacomini, 1988). Isso porque, para a escrava ser transformada em uma mãe preta de uma criança branca, deveria ser tornada inviável a essa mulher a possibilidade de ser mãe de seu filho biológico (Giacomini, 1988). Nessa perspectiva a figura da mãe preta, estava "obrigada a cuidar das crianças da casa-grande, dando a elas, inclusive, o leite negado aos seus próprios filhos" (Fonseca, 2020, p. 60). O costume senhorial da mãe preta, irá perdurar até o final do século XIX, quando o pensamento racista e higienista vigente irá incentivar o "deslocamento de ama de leite à ama seca[1]" (Segato, 2021, p. 216).

Ao se ler sobre Patica e sua relação com Magdalena Antunes, é preciso lembrar que as relações senhor e escravo não eram tão brandas como mostram os autores adeptos da democracia racial. O discurso narrativo de *Oiteiro* vem da sinhá, não da escrava. Vem de um ponto de vista autoral branco, de modo que existe a visão distanciada e unilateral no que diz respeito às pessoas negras. Isso mostra ao leitor mais crítico que, em *Oiteiro*, temos um firme exemplo literário que afirma que "aquilo que se chama de alma negra é frequentemente uma construção do branco" (Fanon, 2008, p. 29). Nesse sentido, é necessário lembrar as reflexões da escritora afro-brasileira Conceição Evaristo sobre a mãe preta:

> Mãe Preta, aquela que vivia a sua condição de escravizada dentro da casa-grande. Essa mulher tinha como trabalho escravo a função forçada de cuidar da prole da família colonizadora. Era a mãe de leite, a que preparava os alimentos, a que

[1] Para antropóloga e intelectual feminista argentina Rita Segato (2021), a ama seca, é o equivalente a mãe substituta, em outras palavras, equivalente a babá das crianças de classe abastadas da sociedade brasileira.

> conversava com os bebês e ensinava as primeiras palavras, tudo fazia parte de sua condição de escravizada. E havia o momento em que esse corpo escravizado, cerceado em suas vontades, em sua liberdade de calar, silenciar ou gritar, devia estar em estado de obediência para cumprir mais uma tarefa, a de "contar histórias para adormecer os da casa-grande". E a Mãe Preta se encaminhava para os aposentos das crianças para contar histórias, cantar, ninar os futuros senhores e senhoras, que nunca abririam mão de suas heranças e de seus poderes de mando, sobre ela e sua descendência. (Evaristo, 2020, p. 29-30).

É possível afirmar, com base nas descrições de Magdalena Antunes (2003), em comparação com o pensamento de Conceição Evaristo (2020), que Patica, em sua função de mãe preta, pode ser ilustrada com mais veracidade nas palavras de Evaristo (2020). Nessa perspectiva, Patica é uma metonímia de tantas outras mães pretas. Ela cuida das crianças da família colonizadora, ela é "mãe-preta, contadora de histórias encantadas, Sheerazade de ébano" (Cascudo, 2003, p. 20-21). Mas, quanto a sua própria família, e seus filhos nascidos no regime de escravidão? Com exceção do esposo, o escravo Martinho, os outros membros da família de Patica não estão se quer citados no texto de Magdalena Antunes.

Em todo período escravagista em terras brasileiras, era uma ação comum que as famílias brancas conferissem a amamentação de seus filhos a mulheres negras escravas. Essa prática fazia com que a escrava deixasse de amamentar seus próprios filhos para alimentar e cuidar das crianças brancas dos seus senhores. A mãe preta, tinha que viver em função da família senhorial branca, em uma condição que a privava de sua individualidade e que a obrigava a cuidar dos filhos do senhor como seus. Nesse contexto, para o professor Genilson de Azevedo Farias (2019), Patica, em *Oiteiro*, sempre aparece, "mansa e serviçal, jamais indo de encontro às vontades senhoriais; tanto é que a escrava morre em 1919, aos noventa anos, ainda na casa de seus antigos donos, mesmo já sendo livre" (Farias, 2019, p. 168), reforçando assim, mais um estereótipo que alimentava a falsa ideia de democracia racial.

Acerca de sua antiga mãe preta, Magdalena Antunes tece a seguinte reflexão: "ainda hoje não posso compreender a razão por que tão boníssima criatura não mereceu dos senhores à carta de alforria antes do 13 de maio, quando o Martinho, escravo menos digno, a conseguira" (Antunes, 2003, p. 90), e acrescenta: "seria por ser homem e o sexo masculino ter mais direito à liberdade?" (Antunes, 2003, p. 90). A partir desta ponderação Magdalena Antunes indica ao leitor, de forma sugestiva, que as condições de gênero também agravam o martírio da escravidão.

A autora mostra o que ela, como mulher branca e sinhá, presenciou sobre os desdobramentos da Lei Áurea no país. Sobre a abolição ela conta que "dos recantos do país

chegavam notícias assustadoras para os escravocratas" (Antunes, 2003, p. 96). Diante do fato, os cativos das senzalas da região se mostravam com semblante alegre diante da boa nova (Antunes, 2003). Por não terem acesso à alfabetização, Magdalena Antunes conta que tudo que os escravos sabiam era o que "ouviam pelos cafés, no mercado da cidade, nas 'vendas' e espreitavam à surdina, o interior das casas dos senhores" (Antunes, 2003, p. 96).

Com a proximidade do 13 de maio "os escravos tinham um brilho no olhar estranho e nas fisionomias tonalidades benditas, olhos abertos à esperança" (Antunes, 2003, p. 97). A autora ainda acrescenta que os escravos repetiam de forma decorada trechos de panfletos e jornais. Estes, certamente lidos por abolicionistas na cidade. Os escravos também comentavam sobre as personalidades abolicionistas conhecidas, tais como Castro Alves, Joaquim Nabuco e José do Patrocínio.

As brancas e pobres, que nunca tiveram escravos, mas que eram amigas da mãe da autora acabavam "abordando com disfarce o assunto da abolição" (Antunes, 2003, p. 98), comentando como ficariam as senhoras da região sem suas cativas e com isso, revelando uma série de maus-tratos e abusos que eram infligidos às mulheres escravizadas na região:

> [...] dona Dondon, que queimava as negras com ferro de engomar em brasa, quando lhes tostavam os vestidos; a dona Joaquina, que prendia o lóbulo da orelha da escrava no portal, e, depois, chamava-a de certa distância, impressionante, tendo a escrava que atender, se não seria pior... E a infeliz ia ao seu encontro deixando na porta o pedaço da orelha! (Antunes, 2003, p. 98).

De acordo com a feminista e ativista afro-americana bell hooks (2018), por conta da condição de escrava, a mulher negra era brutalizada e aterrorizada em massa, uma vez que ela trabalharia na intimidade da família branca, como cozinheira, ama de leite e escrava doméstica. Por este motivo "era essencial que ela fosse de tal forma aterrorizada que se submetesse, passiva, à vontade do senhor, da senhora e dos seus filhos brancos" (hooks, 2018, p. 45).

Os castigos infligidos por senhoras contra suas escravas, citados anteriormente, despontam o fato de que o ambiente doméstico era igualmente violento, repressivo e insalubre para as escravas da casa-grande e tão hostil quanto a lavoura. Sobre esses castigos Magdalena conta um caso conhecido de sua região em que uma senhora branca se horrorizou ao ver o

estado de uma escravizada desesperada que acaba entrando em sua propriedade implorando misericórdia.

> Contavam a indignação de certo Juiz de Direito, quando, certa vez, fugira de propriedade próxima da cidade, uma negrinha que, entrando em sua casa se lhe ajoelhou aos pés, pedindo misericórdia. Trazia o corpo chagado de surras horríveis, infligidas pela senhora. A esposa do juiz [...] horrorizara-se ao constatar no corpo da infeliz feridas secas, algumas sangrando, ainda recentes. A cabeça era um sarapatel! (Antunes, 2003, p. 98).

Outros tipos de hábitos e castigos praticados por senhores escravocratas, são exemplificados a partir de histórias que Tonha e Magdalena Antunes ouvem ao longo da narrativa: "um senhor cortara a mão de um escravo, pelo simples fato deste o haver amparado no momento em que ia levar um tombo?" (Antunes, 2003, p. 310). "Outro castigara severamente uma filha mocinha, por havê-la encontrado com um escravo pequenino no colo" (Antunes, 2003, p. 310). Outro "repeliu severamente o cativo que se ajoelhara a seus pés, estendendo a mão para saudá-lo ao chegar de longa viagem. Enxotou-o com o pé dizendo: — Negro não estira a mão para branco" (Antunes, 2003, p. 310). Dessa forma, exemplificada no comportamento de senhores e senhoras escravagistas, fica evidente que "a violência formava parte intrínseca do sistema escravista e era responsável pelo embrutecimento dos negros" (Peregalli, 2001, p. 61).

Sobre o dia da abolição, Magdalena Antunes escreve de forma romantizada. Ela não se atenta ao fato de que a Lei Áurea não se preocupou, nem sequer sugeriu algum tipo de meio para integrar o contingente de ex-escravizados na sociedade, muito menos para diminuir a desigualdade entre brancos e negros em nosso país. A autora comenta sobre a data do evento: "os senhores atônitos abriram as cancelas e por elas passaram para o campo da igualdade democrática todos os mártires de desigualdade sinistra. As senzalas esvaziaram-se por encanto" (Antunes, 2003, p. 99).

Magdalena conta que não se lembra como foram propriamente os festejos do fatídico 13 de maio, mas se recorda apenas que as festas foram pomposas e que um cachorro, criado por uma de suas tias, acabou fugindo com medo dos fogos de artifício. Voltando para as terras do engenho, a autora sente pena da tia que ia "sem os escravos e sem o cãozinho" (Antunes, 2003, p. 99). Uma leitura possível dessa situação de pena seria a de que a tia de Magdalena Antunes voltava para casa sem seus animais. Primeiro, seus animais de carga, de tração. Homens e mulheres negros que foram toda a força de trabalho e fonte de riqueza para aquela mulher. O

segundo, seu "cachorrinho do reino" (Antunes, 2003, p. 99), um animal de estimação, amado e possivelmente, bem mais cuidado do que as pessoas negras de sua fazenda. Estranhamente, para autora, a perda de um cão se fixou mais em seu espírito do "que todos os demais acontecimentos daquele dia, que deu liberdade a milhões de criaturas acorrentadas a um eterno cativeiro" (Antunes, 2003, p. 99).

Ainda a respeito da abolição, Magdalena Antunes, ao dizer que durante o dia 13 de maio "as senzalas esvaziaram-se por encanto", acrescenta "Todas? Não!" (Antunes, 2003, p. 99). E a partir deste ponto a autora narra ao leitor um relato, contado por uma escrava, acerca de uma cativa chamada Zefa Mulambo:

> Quando atravessei quase correndo, pela última vez, o corredor daquele inferno, e passei pelo terreiro, já estava Zefa sentada, de mão no queixo. Perguntei-lhe admirada: E então, Zefa, não vens conosco? Estamos livres! [...]. Já não seremos mais "coisa", somos gente [...]. Vamos! Saímos o mais breve possível deste inferno!

A Zefa Mulambo [...], não se movia... Apenas as mandíbulas trabalhavam, mascando lascas de fumo. Faltava-lhe células de sensibilidade. O rosto perdera a expressão. O queixo fino, sem o apoio dos dentes, estira-se, tomando a forma de um tamanco, e o pescoço mostrava a grossura das veias dilatadas pela esclerose. Gritei-lhe outra vez ao ouvido:

– Vem, Zefa! Vinga teu filho no triunfo de hoje! Vinga o filhinho que mataste ao palpitar no ventre cativo, despenhando-te no lajedo, para que ele morresse e não viesse a ter a tua sorte! Vem, criatura de Deus, vinga-te do passado, cruzando livre pelas barbas dos "senhores"! Escuta os jornais de toda parte que estão trombeteando que a liberdade é o favo de mel fabricado na colmeia da pátria.

Vamos provar desse mel dulcíssimo!

> [...]
> A micróbia não se movia...
> Gritei-lhe novamente:
> – E teu filho, não o vingas? Já esqueceste da tragédia? Ao escutar a palavra – filho, estremeceu... levantou a cabeça, fitando-me apalermada:
> – Ah! Sim, a criança que morreu na queda?
> – Sim – respondi calorosamente– teu filho, lembra-te?
> [...]
> A velhice é estanque de lágrimas, como vergôntea seca que não tem seiva. Todavia a palavra – Filho – qual centelha inapagada do coração de mãe, fê-la,

> inesperadamente, estremecer, se bem nela tudo houvesse morrido ao gelo dos 60 anos de cativeiro!...
> – Vamo-nos embora, Zefa! – Ainda insisti na derradeira solicitação...
> Olhou-me aparvalhada, e resmungou:
> – Não! Eu fico aqui mesmo, já me acostumei... (ANTUNES, 2003, p. 100-101).

A passagem sobre a escrava Zefa é cortante. Ela exibe um pouco da grande quantidade de traumas psicológicos causados pelas forças da escravidão a uma mulher negra. Os anos de trabalhos forçados, maus-tratos, deixaram Zefa em um estado lamentável. O aborto da escrava pode ser lido como um ato de resistência, uma vez, que a odiosa escravidão, toma seu corpo e até seu filho que, se nascido, daria continuidade à linhagem de seres humanos escravizados, propriedade do senhor da fazenda. Nessa perspectiva, o aborto de Zefa e de tantas outras mulheres escravizadas é interpretado não somente como uma via de livramento das novas gerações do cativeiro e da violência, é também uma renúncia em não repor a mão-de-obra para os Senhores.

Diante do 13 de maio, apática, a negra Zefa se recusa deixar a fazenda. Nesse contexto, entende-se que, com a abolição, os ex-cativos passam a vagar sem rumo e sua mão-de-obra acaba sendo substituída por estrangeiros brancos. Outros, como Zefa, já não mudaram muito sua condição original de pessoa escravizada, ficando nas fazendas. Durante os anos que se seguiram após a Lei Áurea, o Brasil estava em um modelo socioeconômico agroexportador comercial e o quadro geral da sociedade brasileira do fim do século vai "se transformando graças a processos de urbanização e a vinda de imigrantes europeus [...]. Paralelamente, deslocam-se ou marginalizam-se os antigos escravos em vastas áreas do país" (Bosi, 2015, p. 324). De fato, entende-se que a abolição da escravatura, em 1888, ao invés de melhorar a situação dos libertos, acabou por torná-los ainda mais miseráveis.

Frente a esse contexto, qual perspectiva de vida teria uma ex-escrava de idade avançada em um mundo de preconceitos, estigmas e força de trabalho livre? Certamente Zefa, Patica, e outros tantos escravos que com sorte chegaram a uma idade avançada tinham a noção de que, longe das fazendas, onde haviam passado a maior parte de suas vidas, não haveria mais possibilidades de sobrevivência, uma vez que, o cenário que se desenhava para os ex-escravos e sua descendência era muito mais cruel para indivíduos naquelas condições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Filha de uma família abastada da aristocracia açucareira, da cidade de Ceará-Mirim, no interior do Rio Grande do Norte, a escritora Magdalena Antunes traz em seu único livro, *Oiteiro*, uma narrativa memorialística, que salva do esquecimento momentos da história nacional sob uma perspectiva local. Tendo em vista que cada escritor se debruça sobre uma entidade individualizada e, por isso mesmo, particularizada para cada momento histórico impresso em seu texto (TELLES, 2004), com pessoas/personagens tão singulares a sua realidade, a autora deixa um registro histórico da sociedade em que viveu. Magdalena Antunes, acaba compondo e assinando esse texto que se torna uma das principais obras memorialista da Literatura Potiguar, mas ainda pouco conhecida no restante do país.

Magdalena Antunes coloca, em suas memórias romanceadas, uma visão particular de uma sinhazinha. O seu texto engloba, entre muitos aspectos, a sociedade rural de engenhos, abolição da escravatura e o declínio açucareiro na região do Vale do Ceará-Mirim. Muitos pontos de possíveis análises permeiam a obra, mas a escravidão é destacada neste artigo.

Oiteiro, como obra literária, é um produto do seu tempo e das vivências de sua criadora. Ele apresenta um reflexo social. E, por ser um reflexo da visão de mundo dessa sociedade colonial escravagista, não é estranho que a grande maioria dos escravos da fazenda apareçam como anônimos. As exceções são Tonha e Patica, mas, mesmo estas, são representadas a partir de estereótipo racista, sob o olhar de uma escritora branca. A primeira, mesmo livre, ainda preenche o papel pré-determinado de brinquedo humano, de *negrinha travessa*, a fiel companheira da sinhazinha branca. A segunda, a obediente mãe preta, que durante o período colonial teve seu trabalho e sua força usados para nutrir e prover a casa-grande, enquanto seu corpo era também usado como mamadouro, no qual crianças brancas sugavam o leite, que era negado aos seus filhos biológicos (KILOMBA, 2019), sem identidade, complexidade e sentimentos, o sentido de sua vida é servir a família branca.

A história do Brasil é cheia de feridas não cicatrizadas. Uma dessas feridas é a escravidão. Nota-se a falta de registros diretos, a partir do ponto de vista dos escravizados, e isso, por sua vez, ocasiona uma tentativa de apagamento da história do povo negro. Em *Oiteiro*, não ouvimos as vozes escravas, mas seus ecos. Na obra, estão registrados, mesmo que do ponto de vista de uma sinhazinha, alguns dos castigos e dos maus-tratos infligidos contra os cativos, o relato de uma mulher escravizada sobre o dia da abolição e, mesmo que por meios estereotipados há presença de representação nas figuras da escrava Patica e da pequena Tonha. Este conjunto de características fogem do ideal literário pensado naquela época, mesmo que em sua narrativa, a

autora use sua convivência pacífica com ambas como um mecanismo que corrobora o discurso de brandura nas relações entre senhora e escravos.

Majoritariamente, os textos e relatos sobre a escravidão em nosso país, são apresentados por autores homens e brancos, e enfatizam os senhores e os escravos do sexo masculino. Quanto às mulheres, se brancas, eram silenciadas, se negras, além de silenciadas, eram também violentadas, estavam presas aos aspectos e estereótipos sexuais. Neste ponto, livros como *Oiteiro* se destacam. O livro é um documento literário e etnográfico pensado e escrito sob a ótica feminina, que não compartilha da visão de realidade do eixo masculino amplamente difundido por intérpretes e estudiosos da escravidão em nosso país.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. Tradução: Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ANTUNES, Magdalena. *Oiteiro*. Natal: A.S. Editores, 2003.

ARAUJO, Fabio R. Introdução. *In*: MOORE, Samuel. *Biografia de Mahommah Gardo Baquaqua*. Tradução de Fabio R. de Araujo. Nova Orleans: Iap - Information Age Pub. Inc, 2020. p. 5-15.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 50. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2015.

BRASIL, Lei n. 1, de 1837, e o Decreto nº 15, de 1839, sobre Instrução Primária no Rio de Janeiro. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 18, p.199-205, 2005.

CASCUDO, Luís da Câmara. Oiteiro (memórias de uma "Sinhá Moça"). In: ANTUNES. Magdalena. *Oiteiro*. Natal: A.S. Editores, 2003, p. 19-21.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão*: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CUTI, Luiz Silva. *Literatura negro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura e Afro-descendência. In: DUARTE, Eduardo de Assis. *Literatura, política, identidades*: ensaios. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2005. p. 113-131.

ESCOTT, Paul D. Introdução. In: PARRON, Tâmis (Org.). *Nascidos na escravidão: depoimentos norte-americanos*. TraduçãodeFrancisco Araújo da Costa. São Paulo: Hedra, 2020. p. 7-26.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. *In*: DUARTE, Constancia Lima. NUNES, Isabella Rosado. (Orgs.). *Escrevivência*: a escrita de nós – Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução: Serafim Ferreira. Lisboa: Editora Ulisseia. 1961.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: SciELO-EDUFBA, 2008.

FARIAS, Genilson de Azevedo. *Com açúcar, com afeto*: representações femininas na escrita memorialística autobiográfica de Magdalena Antunes (1880-1959). 2019. 219 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais. Área de concentração: Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019

FONSECA, Maria Nazaré Soares. Escrevivência: sentidos em construção. In: DUARTE, Constância Lima. NUNES, Isabella Rosada. (Orgs.). *Escrevivência*: a escrita de nós – Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 58-73.

GIACOMINI, Sonia Maria. Mulher e escrava: Uma Introdução ao Estudo da Mulher Negra no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes. 1988.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2002.

HOOKS, bell. O sexismo e a experiência das escravas negras. In: HOOKS, bell. *Não serei eu mulher?*. Tradução de Nuno Quintas. Lisboa: Orfeu Negro, 2018. p. 39-88.

JORGE. Franklin. Oiteiro: um livro fundador. *Blacaute: uma revista de literatura e arte*. Campina Grande, Ano 4, N° 11, p. 17-18. 2012.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação*: episódios de racismo quotidiano. Tradução de Nuno Quintas. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.

MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MOTT, Luiz. *Rosa Egipcíaca*: uma santa africana no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1993.

PEREGALLI, Enrique. O cotidiano dos escravos *in*: PEREGALLI, Enrique. *Escravidão no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Global, 2001, p. 57-.70.

SCHERMERHORN, Calvin. A narrativa de liberdade de William Wells Brown. *In*: BROWN, William Wells. *Narrativa de William Wells Brown, escravo fugitivo escrita por ele mesmo*. Tradução de Francisco Araújo da Costa. São Paulo: Hedra,2020. p. 7-32.

SEGATO, Rita. O Édipo negro: colonialidade e forclusão de gênero e raça. In: SEGATO, Rita. *Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda*.

Tradução: Danielli Jatobá, Danú Gontijo. Rio de Janeiro: Bazar do tempo. 2021, p. 211-246.

SILVA JR, Carlos da. Africanos na diáspora: um roteiro de leitura. In: EQUIANO, Olaudah. *A interessante Narrativa da vida de Olaudah Equiano ou Gustavus Vassa, o Africano, escrita por ele mesmo*. Tradução: João Lopes Guimarães Junior. São Paulo: Editora 34, 2022. p. 335-347.

SOUZA, Elio Ferreira de. *A "carta" da escrava Esperança Garcia do Piauí*: uma narrativa precursora da literatura afro-brasileira. 2015. Disponível em; https://abralic.org.br/anais/arquivos/2015_1455937376.pdf. Acesso em:22 de mar. de 2024.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 401-142.

AUTORIA

Weberson de Aquino Lima possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2014). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura.